

16 • Terça-feira, 19/12/95

TRIBUNA DA CIDADE



DF- *Camelôs e desemprego*

MÁRCIO GUIMARÃES

Há pouco mais de um mês tive o privilégio de ocupar este importante espaço de debate dos assuntos de interesse de Brasília. Na oportunidade, defendi um programa sério de combate ao principal perigo para o futuro de Brasília: o desemprego. Defendi — e cada dia fico mais convicto — de que a saída está na geração de empregos via industrialização de áreas de grande concentração populacional.

Neste contexto, acredito que o grande e principal foco a ser atendido é a região metropolitana de Taguatinga — entenda-se por esta região a própria Taguatinga e várias cidades em suas imediações, desde Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo e Recanto das Emas, até Gama e Santa Maria.

Mais de 80% da população de Brasília está neste eixo e nada mais justo e racional que procurar criar empregos para estas populações em localidades mais próximas de suas residências. A alternativa mais viável que se coloca, dentro deste prisma, é a área entre o Riacho Fundo e Recanto das Emas, margeando a BR-070 e ao lado de Taguatinga Sul e Samambaia. Ali poderiam ser instaladas centenas de indústrias de médio porte.

Mas não me reporto ao artigo de um mês atrás à toa.

Ele agora me serve de argumento para uma outra questão que é consequência direta da crise social causada pelo desemprego mas, não por isso, deve ser encarada com passionismo. Refiro-me à proliferação indiscriminada de camelôs, que atingiu proporções mais alarmantes em Taguatinga.

Do dia para a noite, com a convivência da Administração Regional, que inclusive demarcou áreas para os ambulantes em frente às lo-



“Taguatinga se viu invadida pelos camelôs. Justamente nas proximidades do Natal”

jas legalmente estabelecidas, Taguatinga se viu invadida pelos camelôs. Isso justamente nas proximidades do Natal, quando depois de um ano difícil para todos — mas em especial para o comércio — se vislumbra um reaquecimento nas vendas. Mas correr com quem compra produtos mais baratos — porém de procedência e qualidade duvidosas — e não paga impostos, aluguel, água, luz, telefone, obrigações sociais e outros encargos é demais!

Como representante de toda a classe empresarial de Taguatinga, a Acit não poderia ficar omissa, foi por isso que há pouco mais de 15 dias recorremos à Procuradoria dos Direitos do Cidadão, na pessoa do digníssimo procurador Temístocles de Castro. O procurador buscou todas as informações sobre o assunto, inclusive visitando as áreas ocupadas pelos camelôs em Taguatinga.

O resultado foi o que se viu na última sexta-feira. A Justiça agiu, já que o GDF não o fazia. A 6ª Vara da Fazenda Pública concedeu uma liminar ordenando a imediata retirada dos camelôs da frente das lojas de Taguatinga. É ainda uma decisão provisória, mas comprova que estávamos certos.

Antes que me entendam como insensível aos problemas sociais, gostaria de esclarecer uma coisa: não dá para querermos resolver uma questão tão complexa com soluções imediatas, paternalistas e paliativas. Se os camelôs são todos excluídos do mercado formal de trabalho — a verdade é que muitos não são — então deveremos criar áreas de comércio informal para os mais de 120 mil desempregados indicados nas pesquisas sobre o tema.

O desemprego precisa ser combatido com um programa sério de industrialização não-poluente. E os camelôs devem ser encarados como qualquer cidadão comum. Se transgredirem a lei como de fato estão fazendo, ao venderem mercadorias sem Nota Fiscal — devem ser responsabilizados por isso.

■ Márcio Guimarães é presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit)